



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

16462 - Resumo Expandido - Trabalho - XXVII Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste – Reunião Científica Regional – ANPEd Nordeste (2024)

ISSN: 2595-7945

GT05 - Estado e Política Educacional

O NEOLIBERALISMO, O GERENCIALISMO, AS PRÁTICAS DE ACCOUNTABILITY E AS POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO

Juan Carlos da Silva - UFPE - Universidade Federal de Pernambuco

O NEOLIBERALISMO, O GERENCIALISMO, AS PRÁTICAS DE ACCOUNTABILITY E AS POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO

INTRODUÇÃO

O presente trabalho, que faz parte de tese de doutorado em desenvolvimento, tem como objetivo analisar a influência de princípios neoliberais na educação pública. Assim, esta proposta faz um breve histórico desta corrente de pensamento, passando pelo modelo de gerencialismo e conceito de *accountability*, ambos ligados à Nova Gestão Pública. Além disso, o texto se propõe a identificar os elementos neoliberais que permeiam a construção e execução de políticas públicas na educação, sobretudo no Brasil.

O liberalismo econômico surge como projeto social e político no último quartel do século XVIII na Inglaterra. Adam Smith, um dos teóricos do liberalismo, postulava a “mão invisível do mercado”, a liberdade econômica, a descentralização dos poderes entre Legislativo, Executivo e Judiciário, defendia a não intervenção do Estado na economia e **nas negociações entre as Nações** e que estas deveriam ser reguladas pela lei da oferta e da procura.

Smith assegurava que as pessoas comuns poderiam obter fortuna, ascensão social e econômica sem necessariamente precisar integrar uma linhagem monárquica. De 1785, época em que Adam Smith escreve sobre as pessoas comuns poderem fazer fortunas, até o início do século XX, isto acabou não se concretizando. Ocorreu justamente o contrário. Houve aumento da concentração da

riqueza nas mãos de poucos privilegiados, culminando na fase de desenvolvimento do capitalismo denominado de capitalismo monopolista (Hobsbawn, 1988).

Com a Grande Depressão de 1929 ocorrida nos Estados Unidos, o liberalismo econômico baseado na “mão invisível do mercado” é posto de lado. Nos Estados Unidos, toma corpo o *New Deal*, e o Estado estadunidense passa a regular a economia a partir da aprovação de leis e impostos e começa a atuar como investidor em áreas consideradas estratégicas para o desenvolvimento de um país autônomo: investe pesado na indústria aeroespacial, na indústria bélica, na produção de energia, nas obras de infraestrutura - construção de estradas, redes de telefonia, exploração e refino de petróleo, dentre outras áreas da economia.

Isto posto, o **neoliberalismo** surge como um resgate do liberalismo do século XVIII com algumas diferenças sobre o papel e o “tamanho” do Estado. Como projeto econômico, político e social, um novo liberalismo, chamado de neoliberalismo, ganha fôlego logo após o fim da Segunda Guerra Mundial em 1945 como uma crítica a intervenção do Estado na economia. Os economistas neoliberais dos anos 1950 reagiram com força teórica e política contra o Estado intervencionista de Bem-Estar Social tanto na Europa quanto nos Estados Unidos (Anderson, 1995).

Assim, o Estado do Bem-Estar Social - modelo de Estado que nunca chegou a ser efetivo no Brasil - era acusado na Europa pelos neoliberais de praticar um “novo igualitarismo”, que destruiria a liberdade dos indivíduos, a livre concorrência e a prosperidade de todos. Para os economistas neoliberais da década de 1950 a desigualdade era um fenômeno positivo e imprescindível para o crescimento das economias ocidentais (Anderson, 1995).

Ao defenderem a não intervenção do Estado na economia, os economistas neoliberais justificavam que isso promoveria a prosperidade de todos e manter a desigualdade social é salutar para que os países se desenvolvam. Mas, essa afirmação tem se mostrada falsa. De acordo com Salata e Ribeiro (2024), dados do 4º trimestre de 2023, publicados em 2024, dão conta que **os 10% mais ricos** no Brasil nas 20 regiões metropolitanas pesquisadas ganhavam **32,8 vezes mais que os 40% mais pobres**. A renda média dos 10% mais ricos foi de **R\$ 8.821,19**, a renda média dos 50% intermediários foi de **R\$ 1.669,70** e a renda média dos 40% mais pobres foi de **R\$269,54** (Salata; Ribeiro, 2024).

Para Harvey (2018) vivemos uma insanidade econômica, justificada pela ideia de que o Estado deva promover sem interferências a acumulação de capitais sem limites. Na lógica de livre especulação financeira sem interferências do Estado, amplamente defendida pelos economistas neoliberais, chegaríamos a um “círculo virtuoso” de crescimento e de bem-estar social alcançáveis por todos. Todavia,

como vimos no supracitado boletim, a desigualdade econômica se mantém em níveis altíssimos no Brasil, e o país está entre os primeiros com os maiores indicadores de desigualdade social no mundo.

Não obstante, economistas da corrente dominante neoliberal saem em defesa da “governança” dos Estados. A “governança” apresenta relação direta com as “agendas” das reformas políticas, sobretudo com as reformas nas áreas sociais, reduzindo os “gastos” sociais. A noção neoliberal de “governança” implica em um novo exercício de poder heterogêneo do Estado que abarca desde instituições políticas e jurídicas nacionais e internacionais, até empresas nacionais e multinacionais, associações privadas sem fins lucrativos, igrejas, *think thanks*, universidades, dentre outras (Dardot; Laval, 2016). Para os referidos autores:

Hoje são os imperativos, as premências e as lógicas das empresas privadas que comandam diretamente as *agendas* do Estado [...] Isso quer que as políticas macroeconômicas são amplamente o resultado de decisões públicas e privadas, embora ***o Estado mantenha certa autonomia em outros domínios - mesmo que essa autonomia tenha sido enfraquecida pela existência de poderes supranacionais e pela delegação de inúmeras responsabilidades públicas a um emaranhado de ONGs, comunidades religiosas, empresas privadas e associações*** (Dardot; Laval, 2016, p. 278).

Nestes termos, a educação pública passa a se basear na lógica do livre mercado, que proporcionaria a qualidade desejada por todos, e, ao mesmo tempo, descartaria a ineficiência do Estado por meio da livre concorrência (Freitas, 2018).

DESENVOLVIMENTO

De acordo com a nova racionalidade da economia neoliberal e do livre mercado, quando esta alastrar-se para os mais diversos setores do Estado, teremos então uma sociedade melhor, onde os cidadãos têm seu status social definido conforme seu mérito. É dessa visão de mundo neoliberal que se originam as finalidades da educação pública. O projeto - político e social - neoliberal que passa a ser perseguido por todos é o “empreendimento”, formalizado por meio do “empreendedorismo”, proveniente da “liberdade individual” e cuja organização mais avançada é a “empresa” (Freitas, 2018).

Em nome da busca pelo equilíbrio fiscal e apesar da educação pública ser financiada pelo Estado com recursos constitucionalmente vinculados, a questão que se levanta é a forma como estes recursos são geridos. Entra em cena a “cooperação técnica” e as “parcerias” das associações privadas sem fins lucrativas

com o Estado – estas últimas procuram imprimir diretrizes educacionais favoráveis ao mercado.

Toda e qualquer crítica ao modo de vida neoliberal é vista como patologia; entender o mundo contemporâneo a partir da lente neoliberal é disparar a todo tempo a ideologia que o desejo de riqueza é algo inerente ao ser humano, tomada como abstração útil em nossa sociedade (Safatle, 2020). A escassez e a falta são sentimentos que se fundam no medo, por isso, motivam o trabalho compulsivo e a poupança das pessoas, e viver sob a orientação neoliberal não passa mais a afetar somente a dimensão política, mas passa a afetar também a dimensão da integridade física e psicológica de cada um (Safatle, 2020).

Nesta tese, partimos da premissa que as professoras polivalentes, supervisoras e diretoras da educação básica são trabalhadoras da educação e atuam seja nas redes privadas ou redes públicas de ensino. Em concordância com Antunes (1999) integram uma classe social que vive do trabalho, isto é, são trabalhadoras que necessitam vender sua força de trabalho em troca de salário.

Para Antunes (1999) a classe trabalhadora atual é multifacetada, sendo o trabalho uma categoria central para a realização humana, pois este pode ser potencialmente emancipatório e prazeroso. Sob a égide do neoliberalismo e com o acirramento da disputa entre capital e trabalho, o trabalho ganha novos contornos, tornando-se penoso, precarizado, alienado e estranhado. Se o trabalho torna os seres humanos infelizes, se o trabalho é algo estranhado e alienado, este trabalho, em tese, deveria ser recusado. Porém, essa não é a realidade para a maioria das trabalhadoras da educação básica, composta por 1 milhão e 800 mil mulheres (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 2023). Essas trabalhadoras mulheres não têm escolha - aceita-se a vaga de trabalho disponível, mesmo que esta seja precarizado, alienado e estranhado.

Exercendo dupla ou tripla jornada de trabalho, as professoras das redes públicas acumulam as tarefas nas escolas onde trabalham e as tarefas de casa - dessa forma o trabalho pode ser potencialmente precarizado, danoso, alienado e estranhado. Em uma pesquisa realizada em 2010, em sete estados brasileiros (ES; GO; MG; PA; PR; RN e SC) sobre o trabalho docente na educação básica no Brasil, o grupo Gestrado da UFMG, apontou que as licenças médicas entre as professoras tiveram como segundo principal motivo a depressão, a ansiedade e o nervosismo (Gestrado, 2010).

Sobre as condições de trabalho nas escolas da educação básica pública, os principais problemas apontados no supracitado estudo foram os ruídos excessivos no interior das salas de aulas; a má ventilação; a má iluminação; as áreas destinadas às crianças para brincarem e as quadras poliesportivas em péssimas

condições (Gestrado, 2010).

Não há consenso se o trabalho das professoras nas redes públicas se trata de trabalho produtivo ou improdutivo, se as trabalhadoras pertencem a classe média ou a classe trabalhadora, se o seu trabalho é de natureza capitalista ou não. Todavia, a natureza do trabalho das professoras na educação básica pública, a partir de um viés materialista histórico-dialético, desenvolvido nas redes públicas encontra-se embebido da lógica capitalista de acumulação. As trabalhadoras da educação pública apesar de não gerarem lucro diretamente a um capitalista pois seu “patrão” é o Estado, todavia, parece-nos ser um caso de invisibilização do trabalho promovido pelo capital, pois trata-se de uma engrenagem essencial ao seu funcionamento.

Seguindo a racionalidade neoliberal, somente o ingresso de outros “atores” na área da educação – tais como, as associações privadas sem fins lucrativos ligadas ao Terceiro Setor - que o Estado pode arcar com os custos nas áreas sociais, ainda que esses “atores” sejam as próprias famílias – por exemplo, famílias recebendo *vouchers* do Estado com a “liberdade de escolher” uma escola, modelo implantado no Chile (Gentili, 2001).

O Estado brasileiro ao implementar políticas orientadas por diretrizes neoliberais em defesa da “produtividade”, da “excelência” e do “ajuste fiscal” corta recursos das áreas das políticas sociais, tais como, da saúde e da educação. Com a aprovação do Novo Arcabouço Fiscal (NAF) em 2023, o Estado brasileiro terá pouco espaço de manobra para investir em políticas sociais – sobretudo, em educação e saúde (Fatorelli, 2023).

Durante o ano de 2024, o governo federal - Lula 3 - cortou pouco mais de 4 bilhões de reais de diversos ministérios, dentre eles, o da Saúde sofreu corte de R\$140 milhões impactando o programa Farmácia Popular; e o da Educação (MEC) e o de Ciência e Tecnologia que tiveram cortes de R\$280 milhões (Vargas, 2024). Na educação básica, o corte superou os R\$ 30 milhões, valores que se aproximam da metade dos valores previstos para custear os programas de produção e distribuição de material didático (Vargas, 2024). Os cortes buscam adequar o orçamento do governo federal às regras do Novo Arcabouço Fiscal (NAF) e atingir déficit zero no final do exercício do ano de 2024.

As políticas educacionais implantadas pelo MEC nas décadas de 1990 e 2000, pelos governos do estado de São Paulo e do Ceará, acompanharam a tendência internacional de reformas públicas baseadas no modelo de gestão privada. Para tanto, nos chama a atenção o estado do Ceará, que nas últimas três décadas, passou a dar ênfase às políticas de ajuste e austeridade fiscal, adotou a meritocracia para os servidores públicos da educação e a Gestão por Resultados

(GPR) baseada na experiência do Canadá.

A Secretaria de Educação do estado do Ceará (SEDUC-CE) foi uma das primeiras secretarias a colocar em prática este modelo de gestão, por meio do Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica (SPAECE-Alfa) - criada no início da década de 1990 e ganhou visibilidade na década de 2000 - por realizar um monitoramento contínuo dos indicadores educacionais das redes municipais e da rede estadual (Vieira; Plank; Vidal, 2019).

No neoliberalismo, pelo menos no plano do discurso, desconsidera-se qualquer contexto político, pois, tudo se resume a boa vontade dos “atores” - professoras, supervisoras, alunas e diretoras - pressupondo certo grau de privatização da política educacional que tem ocorrido no nível das decisões político institucionais (Gentili, 2001).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Estado brasileiro passou a seguir com mais vigor as recomendações neoliberais prescritas por agências internacionais de financiamento, sobretudo, as recomendações do Banco Mundial (BM). Desde os primeiros empréstimos do BM, nos anos de 1990, para reformar a educação pública brasileira, seja no estado de São Paulo, seja no estado do Ceará, seja nas políticas educacionais em nível federal, assumiram medidas que estabeleceram metas e pagamento de bônus como forma de obtenção de mais *accountability*.

Sob as diretrizes do neoliberalismo as associações privadas com ou sem fins lucrativos que integram o chamado “Terceiro Setor” estão promovendo a privatização “por dentro” do Estado brasileiro, sem que seus serviços educacionais deixem de ser públicos, inferiorizando o Estado e a administração pública.

Os programas educacionais sustentados por essa lógica promovem um contínuo monitoramento dos conteúdos, das faltas e das notas dos alunos, proliferam as avaliações de larga escala cujas notas são sistematizadas em plataformas digitais; fornecem materiais didáticos privatizando currículos. Do mesmo modo, observamos a oferta de formação continuada as trabalhadoras da educação pública dada por associações privadas com ou sem fins lucrativos, tais como, a VIVO e faculdades privadas.

As políticas de cunho neoliberal têm promovido um rígido controle e padronização dos processos de ensino e de aprendizagem. Amplia-se a precarização e intensifica-se o ritmo de trabalho das professoras polivalentes, das

diretoras escolares e das supervisoras. Muitos estados e municípios brasileiros, por exemplo, não realizam concurso para a área da educação há mais de uma década, gerando um alto número de professoras polivalentes com contratos temporárias, às/aos quais se delega mais funções sob pena de perderem seus empregos. Enquanto servidores/as concursados da educação básica também são afetados com salas de aulas superlotadas, com programas impostos pelas Secretarias de Educação em que a comunidade escolar não foi consultada, com a alta rotatividade de trabalhadoras temporárias, causando prejuízos aos vínculos com as comunidades escolares.

Nas últimas três décadas, a reforma política do Estado brasileiro tem perpassado a administração do trabalho pedagógico nas escolas públicas uma vez que demandam formação continuada cujos conteúdos exigem a cronometragem do tempo de leitura das crianças de 1º a 5º ano, uma rotina de sala rígida em que a professora polivalente “tem que dar conta”.

Ao analisarmos as reformas educacionais de cunho neoliberal ocorridas na educação pública observamos que as novas lógicas de “eficiência” que visam melhorar a “qualidade” e que se dizem “neutras” ou “técnicas”, têm demonstrado justamente o contrário, pois são políticas marcadamente herdadas de uma “cultura empresarial”.

Para os empresários filantropos “progressistas” as políticas neoliberais da educação estão colocando o Brasil no rumo correto. No entanto, a manutenção da pobreza e do sofrimento das trabalhadoras em educação significam na realidade que as “forças de mercado” e o “Terceiro Setor” estão se movendo sem interferências em uma constante reestruturação econômica. Procede tal como o “mercado” esperava, uma vez que o Estado brasileiro está em harmonia com os preceitos neoliberais, colocando como meta fiscal para o ano de 2024 o déficit zero em detrimento das políticas sociais de educação, de saúde, de moradia, dentre outras.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (orgs.) Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. A nova razão do mundo. São Paulo: Boitempo, 2016.

FATTORELLI, Maria Lúcia. O “arcabouço fiscal” impede o necessário avanço dos investimentos sociais e atrasa a democracia. Porto Alegre: Achados de Auditoria, n. 11, 2023. Disponível em: <https://www.ceapetce.org.br/> Acesso em: 24 fev. 2024.

FREITAS, Luiz Carlos de. A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

GENTILI, Pablo A. A. O discurso da “qualidade” como nova retórica conservadora no campo educacional. In: GENTILI, Pablo A. A.; SILVA, Tomaz Tadeu (org.). Neoliberalismo, qualidade total e educação: visões críticas. Petrópolis: Vozes, 2001.

GESTRADO. Pesquisa trabalho docente na educação básica no Brasil: sinopse do survey nacional. Belo Horizonte: Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho Docente, 2010.

HARVEY, David. A loucura da razão econômica: Marx e o capital do século XXI. São Paulo: Boitempo, 2018.

HOBSBAWM, Eric. A Era dos Impérios - 1875-1914. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS. Professoras são 79% da docência de educação básica no Brasil. Brasília: INEP, 2023a. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/institucional/professoras-sao-79-da-docencia-de-educacao-basica-no-brasil> Acesso em: 29 jul. 2024.

SAFATLE, Vladimir; DA SILVA JUNIOR, Nelson; DUNKER, Christian (org.). Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

SALATA; André Ricardo, RIBEIRO, Marcelo Gomes. Boletim Desigualdade nas Metrôpoles. Porto Alegre: nº 15, 2024. Disponível em: <https://www.pucrs.br/datasocial/> Acesso em: 09 jul. 2024.

VARGAS, Mateus. Governo Lula corta verba de bolsas de estudo, educação básica e Farmácia Popular. São Paulo: Folha de São Paulo, Educação, 2024. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2024/04/governo-lula-corta-verba-de-bolsas-de-estudo-educacao-basica-e-farmacia-popular.shtml>. Acesso em: 9 jul. 2024.

VIEIRA, Sofia Lerche; PLANK, David Nathan; VIDAL, Eloisa Maia. Política Educacional no Ceará: processos estratégicos. Porto Alegre: Educação & Realidade, vol. 44, n. 4, 2019.